

* continuação

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

no momento do desembarço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou no embarque no navio da carga exportada. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **j) Arrendamentos:** Os pagamentos efetuados relativos a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. **k) Concessão de serviços públicos:** A Companhia possui concessão de serviço público decorrente do contrato de arrendamento, conforme notas explicativas nº 1 e nº 14. A Companhia atua sob o regime de concessão; entretanto, sua atividade não se enquadra nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão, em virtude do preço do serviço prestado não ser regulamentado e/ou controlado pelo poder concedente. **l) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa de juros. **m) Imposto de renda e contribuição social:** As bases de apuração desses tributos, correntes e diferidos, são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável. **n) Prejuízo por ação:** O prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. **o) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Pronunciamentos e alterações de pronúncia de pronúncias existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotados antecipadamente pela Companhia: As novas normas ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") e alterações de normas existentes foram publicadas e serão obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2013. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a essas normas. Em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia está avaliando os efeitos desses pronunciamentos que poderão impactar as suas demonstrações financeiras e não efetuou a adoção antecipada desses novos pronunciamentos e alterações dos já existentes. Os pronunciamentos considerados relevantes para as operações da Companhia são:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015.
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Refere-se à data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgação de transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
Modificações à IAS 32	Refere-se à compensação de ativos e passivos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

p) Ajuste a valor presente: As contas sujeitas ao ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores a 60 dias.

q) Reclasseificações: Alguns valores apresentados na demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2012 foram reclassificados para melhor apresentação e para manter o padrão de apresentação com o exercício corrente: • O valor de juros sobre empréstimos capitalizados, que antes era apresentado como ajuste para conciliar o resultado, foi reclassificado e está sendo apresentado no grupo de fluxos de caixa das atividades de investimento. • O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que antes era apresentado junto com a variação de contas a receber, foi reclassificado e está sendo apresentado individualmente nos ajustes para conciliar o resultado.

4. Determinação do Valor Justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para fins de mensuração e/ou divulgação, com base no método a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **Contratos de swaps de taxas de juros:** O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados com base nas condições e no vencimento de cada contrato e utilizando-se de taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data da mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

5. Gerenciamento do Risco Financeiro: Gestão de capital: Embora a Companhia venha apresentando uma geração de prejuízos acumulados, a política da Administração do Grupo Santos Brasil é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital e o nível de dividendos para acionistas, procurando manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito de custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*). A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Total do passivo	20.669	11.623
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(182)	(900)
Dívida líquida	20.487	10.723
Total do patrimônio líquido	15.435	24.199
Relação dívida líquida sobre capital	1,32731	0,44312

Os demais riscos, ou seja, os riscos de crédito, de liquidez e de mercado, estão apresentados na nota explicativa nº 22.

6. Transações com Partes Relacionadas: a) Contas-correntes: Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia tinha registrado como outras contas a pagar valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.

Passivo circulante:

Santos Brasil Participações S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave: A remuneração do pessoal-chave da Diretoria compreende benefícios de curto prazo de R\$138 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2012). Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.**c) Benefícios a colaboradores:** A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2013, esses benefícios representaram a aplicação de R\$1.716 (R\$1.297 em 31 de dezembro de 2012), correspondentes a 5,98% e 4,42%, respectivamente, de sua receita operacional líquida. **d) Controladores:** A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o seu capital social. A controladora final é a Santos Brasil Participações S.A..**7. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e saldo em bancos	182	900

8. Contas a Receber de Clientes:

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante:		
No País	3.953	3.867
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(450)	(233)
Total	3.503	3.634

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos a vencer	1.608	1.995
Créditos em atraso até 60 dias	1.506	1.471
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	7	1
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	473	62
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	78	82
Créditos em atraso há mais de 361 dias	281	256
Total	3.953	3.867

Redução por perda do valor recuperável: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, que totalizavam R\$832 em 31 de dezembro de 2013 (R\$400 em 31 de dezembro de 2012). Desse montante, excluem-se: (i) os créditos em cobrança sem risco de perda; e (ii) os depósitos não identificados, resultando, assim, no valor final de R\$450 (R\$233 em 31 de dezembro de 2012). A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o artigo 9º, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.430/96.

9. Ativo Fiscal Corrente:

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7	17
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	270	703
Imposto retido na fonte sobre o faturamento	398	552
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (crédito tributário)	136	136
Outros	49	1
Total	860	1.409

Em 31 de dezembro de 2013, os créditos registrados no montante de R\$270 referem-se a pagamentos efetuados como antecipação nas apurações mensais de IRPJ e CSLL do exercício corrente e de exercícios anteriores, os no montante de R\$398 referem-se a retenções sobre o faturamento a clientes que também atuam no Complexo Portuário de Vila do Conde, as quais foram feitas conforme a legislação vigente, e os no montante de R\$136 referem-se a créditos tributários de PIS e COFINS sobre o faturamento a clientes estrangeiros que foram pagos individualmente.

10. Imobilizado:

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2013	31/12/2012
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13,6	16.730	(6.078)	10.652	12.327	
Equipamentos de movimentação de carga	12	21.910	(11.628)	10.282	11.482	
Imobilizações em andamento (*)	-	7.731	-	7.731	2.747	
Equipamentos de informática	20	596	(437)	159	146	
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	641	(341)	300	358	
Instalações, móveis e utensílios	10	504	(292)	212	246	
Veículos	20	216	(134)	82	57	
Outros itens	10	5	(5)	-	3	
Total		48.333	(18.915)	29.418	27.366	

A movimentação do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldos líquidos iniciais:	27.366	28.207
Adições/transferências:		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	657	7.409
Equipamentos de movimentação de carga	1.173	385
Imobilizações em andamento (*)	4.992	(4.416)
Equipamentos de informática	72	90
Máquinas, equipamentos e acessórios	2	7
Instalações, móveis e utensílios	22	56
Veículos	50	40
Outros itens	-	2
Total das adições/transferências	6.968	3.573
Baixas/reclassificações	(176)	(178)
Depreciações	(4.740)	(4.236)
Saldos líquidos finais	29.418	27.366

(*) O valor de adição no grupo imobilizações em andamento está líquido das transferências

continua *